

Fronteiras do Medo: vigilância, espionagem e repressão no Cone Sul (1966-1984)

Pio Penna Filho *

Resumo

O presente trabalho busca demonstrar como a ditadura militar brasileira utilizou de todos os meios disponíveis para conter as vozes discordantes ao novo regime, sobretudo na região do Cone Sul. Com o Golpe de Estado de 1964, o regime instalado no país implicou na montagem de um amplo e complexo sistema de informações que teve como objetivo primordial a manutenção do poder militar. Gradativamente os militares constituíram um verdadeiro sistema de informações que abrangia não só todo o país mas que ia além, operando no exterior com o suporte do Ministério das Relações Exteriores. O regime contou também com uma convicta colaboração de autoridades dos países vizinhos, independente do regime político em vigor.

Palavras-chave: Ditadura Militar – Espionagem – Repressão

Abstract

This paper shows how the Brazilian military dictatorship used by all available means to contain the dissenting voices to the new system, especially in the Cone Sul. After the coup of 1964, the regime installed in the country involved in the assembly of a broad and complex information system that has as primary objective the maintenance of military power. Gradually the military have a proper system of information covering not only the whole country but would also, working abroad with the support of the Ministry of Foreign Affairs. The scheme was also satisfied with cooperation from authorities in neighboring countries, regardless of political regime in force.

Key words: Military rule, Espionage, Political Repression

As ditaduras militares que marcaram a história recente dos países do Cone Sul deixaram raízes que por muito tempo ainda irão permanecer vivas na memória de várias gerações. Embora os acontecimentos políticos e sociais vivenciados no Cone Sul durante as décadas de 60 e 70 do século XX sejam eventos ainda recentes em termos históricos, já é possível começar a compreender melhor esse importante período da nossa história com um certo grau de isenção e objetividade. Pode-se dizer que estamos começando a sair do campo da memória para entrar no campo da história propriamente dita, sobretudo com a gradativa liberação de fontes primárias até então guardadas a sete chaves.

Este texto é baseado principalmente na análise do funcionamento do Centro de Informações do Exterior (Ciex), órgão do Itamaraty e vinculado ao Serviço Nacional de

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e Pesquisador do CNPq.

Informações (SNI) que foi encarregado de espionar os militantes contrários ao regime militar brasileiro que inicialmente haviam se exilado nos países vizinhos. Trata-se, portanto, de um estudo que visa desvendar como agia um dos elos do sistema repressivo montado pela ditadura brasileira mas que tinha um alto grau de conexão e interação com as outras ditaduras militares da região.

As Ditaduras no Cone Sul e a Repressão Além-Fronteiras

Durante o período das ditaduras latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970, houve uma intensa cooperação entre os serviços de segurança nacionais, seja por meio de ações de inteligência na troca de informações, seja pela cooperação perversa dos sistemas de repressão efetivos, os quais iam muito além do plano da inteligência para medidas concretas de eliminação dos oponentes/resistentes às diversas ditaduras militares instaladas nos países sul-americanos, especialmente no âmbito do Cone Sul.¹

Essa região passou por momentos conturbados durante as décadas de 1960 e 1970, período em que todos os países da região ficaram submetidos por ditaduras militares. Assim, sem exceção, todos passaram por um ou mais de um golpe militar, geralmente reformulando as relações de poder e a forma do exercício da política no interior dos Estados nacionais. Apesar de terem se constituído, na região, regimes distintos, todos tinham em comum um profundo discurso anticomunista e buscaram respaldar sua legitimidade na ideologia da segurança nacional. Outro aspecto em comum é que todos os regimes basearam-se em intensa repressão para a imposição de sua vontade política, colocando definitivamente a democracia para escanteio. É importante ainda destacar que, para a maioria dos países, foram regimes que se estabeleceram para ficar um longo período no controle dos Estados nacionais, criando uma dinâmica própria que trabalhava para a manutenção, a todo custo, da nova

Havia muitos interesses em jogo e a explicação por meio de jargões batidos como “ofensiva imperialista norte-americana” não servem para explicar a tomada do poder pelos militares e mesmo a manutenção daqueles regimes. Vários segmentos das elites nacionais em todos os países do Cone Sul jogaram pesado para minar políticas de cunho social que vinham sendo ensaiadas por governos ditos populares. Foi assim no Chile e, em parte, no Brasil, por exemplo.

Além disso, o que boa parte dos analistas sobre aquele período não discutem é o papel das próprias esquerdas no acirramento do confronto ideológico de então. Tendo como

¹ O Cone Sul da América do Sul é formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile.

pano de fundo o cenário da Guerra Fria e a existência concreta de uma alternativa ao mundo capitalista, vários partidos ou movimentos de esquerda, como o MIR chileno, os Tupamaros uruguaios e os Montoneros na Argentina, lutavam em nome de revoluções de cunho socialista, muitos deles inspirados no modelo cubano ou chinês, haja vista que naquele momento a linha soviética se apresentava por demais moderada e conservadora. Verificou-se, portanto e efetivamente, uma polarização entre esquerda e direita que não era somente imaginária, mas real. Nesse sentido, o que a direita dos países em questão fez foi potencializar a ameaça de mudança proposta pela esquerda, uma vez que não podemos nos esquecer que muito pouco havia de democrático nas propostas desses diversos partidos e movimentos de esquerda. Aliás, a sua inspiração provinha dos modelos mais autoritários possíveis, como o chinês, o cubano e o albanês. E não só o Estado e grupos políticos de direita foram responsáveis pela criação ou ampliação da ameaça “vermelha”.

Outro ponto importante que devemos pensar quando analisamos o que ocorreu no plano regional durante os anos 1960 e 1970 diz respeito à cooperação e interação entre os aparelhos repressivos criados pelas ditaduras. Todas elas, com efeito, criaram ou modificaram agências de informações ou adequaram suas instituições voltadas tradicionalmente para a defesa do Estado.

No plano das informações e especialmente analisando o caso do Brasil, o objetivo da ditadura era estar sempre um passo à frente daqueles que contestavam o regime, seja no país ou fora dele. A função maior do Ciex era justamente essa: monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior.²

A coleta de informações estratégicas para o Estado também constava de suas funções, assim como análises de conjuntura política, econômica e militar sobre os países vizinhos ou aqueles que de alguma forma pudessem interessar ao Brasil, como os Estados socialistas, por exemplo, para os quais havia uma atenção especial, sobretudo quando eram identificadas conexões com movimentos de esquerda ou pessoas no Brasil. Um exemplo claro nesse sentido eram as atividades desenvolvidas pelo Embaixador brasileiro em Praga, José Sette Câmara, que fazia questão de manter o Itamaraty sempre bem informado sobre a

² Sobre a atuação do Ciex ver: PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e a Repressão Além-Fronteiras: o Centro de Informações do Exterior - CIEIX (1966-1986). In: Carlos Fico; Maria Paula Araújo; Celso Castro; Ismênia de Lima Martins; Jessie Jane Vieira de Sousa; Samantha Viz Quadrat. (Org.). *1964-2004 - 40 Anos do Golpe - Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda -7 Letras, 2004, v. , p. 163-169.

movimentação de brasileiros na antiga Tchecoslováquia ou que estivessem apenas em trânsito para a ex-União Soviética. Todavia, o volume de informes dedicados à pura espionagem política contra cidadãos brasileiros vivendo no exterior superava e em muito as análises estratégicas e de conjuntura política e econômica de outros Estados. Esse foi o padrão na atuação do Ciex entre 1966, ano de criação do Centro, e 1979, quando da decretação da Anistia e do retorno ao país da maior parte dos exilados brasileiros. Nesse sentido, o Ciex teve que se adaptar aos novos tempos que se prenunciavam com a lenta e gradual abertura do regime, muito embora não tenha perdido seus vícios de origem, como não poderia deixar de ser.

Voltando ao contexto regional e retomando a discussão sobre a cooperação e interação entre os aparelhos repressivos, este foi um aspecto imprescindível para o sucesso das operações da repressão nos países do Cone Sul. Sem que houvesse cooperação entre as forças policiais e militares envolvidas no combate aos grupos que se organizavam em diversos países com conexões bem estabelecidas, muito dificilmente esses grupos de atuação transnacional teriam sido desmantelados com a rapidez com que o foram.

A idéia da Operação Condor era criar de fato uma agência internacional que coordenasse atividades contra os grupos que contestavam as ditaduras militares do Cone Sul. A primeira reunião internacional para sua criação ocorreu no Chile, em 1976, e dela participaram representantes do Chile, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Embora os norte-americanos não tenham participado, acompanharam de perto as decisões tomadas na reunião. Essa era uma prática relativamente comum, ou seja, como potência hegemônica do Ocidente, os países latino-americanos geralmente mantinham os Estados Unidos informados sobre suas atividades de repressão internacional e, vez por outra, recorriam ao auxílio norte-americano.

Em 1976, ano de criação do Operativo Condor, os focos de resistência à ditadura no Brasil já haviam sido virtualmente eliminados pelo regime, restando pouca capacidade para a atuação dos grupos de esquerda remanescentes no país. Já no contexto regional, o fim das democracias no Uruguai, no Chile e, finalmente, na Argentina, fechou o cerco ao amplo movimento de exilados entre as fronteiras desses Estados. A essa altura, os brasileiros que haviam originalmente buscado refúgio na região do Cone Sul se viram impedidos de continuar nessa área, sobretudo pela ferocidade dos regimes chileno e argentino, que foram implacáveis com qualquer tipo de pensamento de esquerda. Era necessário e urgente buscar refúgio em outras partes, seja na Europa, América do Norte ou África, muito longe, portanto, das fronteiras nacionais.

O estudo da documentação do Ciex demonstra claramente essa mudança de eixo, ou seja, multiplicaram-se os informes provenientes da Europa, principalmente de Portugal, para onde migrou grande parte dos exilados brasileiros que se encontravam na América do Sul.³ Também dos Estados Unidos e da África começaram, eventualmente, a chegar informes sobre a presença de brasileiros naquelas regiões.

Se no Brasil praticamente não havia mais guerrilha em atividade, tal não se dava na Argentina. Lá, os militantes ligados ao Exército Revolucionário do Povo (ERP) e os mais extremistas militantes vinculados aos *Montoneros* ainda tentavam promover a revolução socialista e estavam em franca campanha contra a ditadura militar, apesar da luta desigual e da repressão implacável.

A Operação Condor não se destinava apenas a combater guerrilheiros ou movimentos de esquerda atuando transnacionalmente. Lideranças políticas tradicionais, geralmente comprometidas com a democracia e que pudessem de alguma maneira prejudicar ou embaraçar os regimes militares também se constituíram em alvo. O exemplo mais ousado do emprego das garras do Condor foi o assassinato, em plena capital norte-americana, do ex-Chanceler chileno Orlando Letelier, que contou inclusive com a anuência ou, no mínimo, a omissão do governo dos Estados Unidos, que acompanhava, por meio da CIA, as atividades do Operativo Condor e nada fez para impedir o atentado (DINGES, 2004: 222). O assassinato de Letelier mostrou, além da ousadia e autoconfiança dos militares-terroristas vinculados ao Operativo, sua capacidade operacional, haja vista que foi um ato espetacular, quase cinematográfico. Uma bomba foi colocada sob o automóvel particular de Letelier explodindo de maneira letal enquanto o mesmo se deslocava por Washington.

A atitude dos Estados Unidos perante o assassinato de Letelier coloca-nos uma questão importante, que está relacionada à participação dos Estados Unidos com o terrorismo de Estado existente no Cone Sul. Sem dúvida alguma, um grande facilitador para a cooperação entre os militares do Cone Sul e, no geral, da América Latina, foram os Estados Unidos da América e sua política de combate ao comunismo no plano continental. Os freqüentes cursos de especialização e treinamento que os oficiais militares latino-americanos recebiam em academias militares norte-americanas, especialmente na famosa Escola das Américas principalmente a partir da segunda metade da década de 1960, quando houve um recrudescimento do embate ideológico na América Latina, criaram um clima propício para uma maior aproximação entre as forças armadas ali treinadas, que incluíam oficiais de

³ Especialmente os volumes do CIEIX de número 22 a 26 (1974-1978). Acervo do autor.

praticamente todos os países do continente. Nesses cursos, como destaca Esteban Cuya, investigador do Centro de Direitos Humanos de Nuremberg, forjavam-se laços de amizade e confiança que mais tarde seriam de grande valia para o bom entendimento e viabilidade operacional entre os oficiais envolvidos no combate à “subversão”.⁴

A Escola das Américas foi criada no Panamá em 1946, pelo governo dos Estados Unidos. Seu objetivo oficial era o de promover a estabilidade política na região, mas o curioso é que sobre ela pesam sérias acusações de violação dos direitos humanos e de ter se tornado a maior base de desestabilização política da América Latina, uma vez que sua doutrina de combate ao inimigo interno no contexto da Guerra Fria favoreceu enormemente o estabelecimento de regimes de exceção, geralmente ditaduras militares. As acusações vão além e há evidências de que ao longo do tempo os militares latino-americanos foram treinados em técnicas de tortura e guerra psicológica, voltadas de forma direta contra os seus próprios cidadãos. Isso ficou claro com a divulgação de manuais de treinamento editados em espanhol e que eram empregados pela Escola. Neles se ensinavam técnicas de interrogação, tortura, execução, chantagem e captura dos parentes das pessoas que estavam sendo interrogadas. Em 1984 a Escola, que também foi apelidada de “Escola de Golpes”, foi transferida para Fort Benning, no Estado norte-americano da Geórgia, onde continua suas atividades de treinamento de militares latino-americanos.

No caso da ditadura brasileira, muitos foram os militares enviados para cursos de treinamento patrocinados pela Escola. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, entre 1954 e 1995, entre os vários brasileiros que tiveram treinamento na Escola estavam pelo menos dois instrutores e dezenove alunos que estiveram diretamente envolvidos com a tortura política e com o aparato da repressão no Brasil pós-Golpe. A maior parte dos citados pelo Grupo Tortura Nunca Mais era de oficiais e sargentos das Forças Armadas, mas também havia dentre eles um oficial da Polícia Militar do Paraná e outro da Polícia Militar de Pernambuco. Esses militares acabaram atuando diretamente na repressão, principalmente no Centro de Informações do Exército (CIE), no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), no Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e nos Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi). Alguns ganharam destaque ao longo de sua carreira, como o

⁴ Ver: “La Operación Condor: El Terrorismo de Estado de Alcance Transnacional”. Disponível em: www.derechos.org/koaga/vii/2/cuya

oficial da Aeronáutica João Paulo Moreira Burnier – envolvido no caso Parasar (1968) – e o do Exército, Helio Lima Ibiapina, que chegou a presidir o Clube Militar no Rio de Janeiro.⁵

O EXÍLIO E A VIGILÂNCIA

O exílio não significou o fim da política para os banidos ou para aqueles que saíram antes de caírem prisioneiros. Tão logo os ativistas e militantes se estabeleciam num novo país, começava um processo de reagrupamento que geralmente seguia as lideranças de origem. Ou seja, a tendência natural era a formação de grupos que já possuíam alguma identidade ideológica ou que orbitavam em torno de uma liderança específica, com capacidade de dar algum tipo de suporte e auxílio para os difíceis tempos que viriam. Mas havia exceções, isto é, novas composições políticas eram feitas de acordo com a nova realidade. A princípio a condição de exilado e a vulnerabilidade dessa condição facilitava ou impunha arranjos e alianças em torno de lideranças já estabelecidas nos países de exílio. Citemos um exemplo: o caso do Uruguai, primeiro país a receber número significativo de brasileiros no exterior.

No Uruguai, em torno de Leonel Brizola e João Goulart foram formados praticamente dois núcleos bem estabelecidos de exilados que se reuniram não só por afinidade ideológica, mas também porque ambos haviam criado esquemas para recepcionar e viabilizar a vida dos exilados que chegavam àquele país.⁶ Tanto Brizola quanto Goulart, em parte por serem gaúchos e por isso mesmo já terem algum tipo de relação com os uruguaios, podiam amenizar as dificuldades inerentes à vida num novo país.

Além disso, o processo de regularização oficial de um exilado costumava ser demorado e foi muito comum que para muitos brasileiros que tiveram que sair do país apressadamente aquela estava sendo a primeira experiência no exterior. Assim, é possível imaginar como as dificuldades do estabelecimento num outro país era custosa para homens e mulheres que geralmente sequer falavam outra língua além do português e de uma hora para outra não podiam mais viver em seu próprio país. Isso sem contar com as dificuldades de natureza financeira, que certamente ajudavam e muito a complicar a vida daqueles que eram obrigados a se exilar. A solução dessa questão ajudava, naturalmente, a reforçar os esquemas de vinculação política com as lideranças já estabelecidas.

⁵ “Análise de Instrutores e Alunos Brasileiros da ‘School of Americas’”. Disponível em: www.dhnet.org.br/denuncias/tortura/escola/analise/html

⁶ Ver: “Estudo sobre as atividades dos exilados brasileiros no Uruguai”. Ciex Volume 2, doc. n. 687, Secreto, 29/12/1966. Acervo do autor.

O que a maior parte dos militantes de esquerda não esperava era que a direita também se organizasse de maneira tão eficaz para agir internacionalmente. A “direita”, nesse caso, era representada pelos militares que haviam tomado o poder e que, enquanto uma categoria específica dotada de elementos convergentes, puderam e efetivamente atuaram de forma transnacional. Naturalmente a convergência desses setores militares não era completa. No que dizia respeito ao princípio nacionalista, elemento basilar de praticamente todas as doutrinas castrenses, os militares se distanciavam. É até um paradoxo observar como a idéia de guerra “anticomunista” conseguiu prevalecer sobre divergências tão profundas que marcavam a história de toda a região do Cone Sul. Basta lembrar as hipóteses de guerra desenvolvidas tanto por militares brasileiros quanto por argentinos, de sorte que ambos previam e se preparavam para uma guerra entre os dois países. Igualmente, as diferenças entre argentinos e chilenos eram profundas, sendo que ambos disputavam territórios considerados em litígio e se preparavam, nem sempre indiscretamente, para um possível conflito. Nem essas diferenças de fundo foram capazes de impedir a cooperação em torno da perseguição àqueles que eram considerados subversivos, independente da nacionalidade ou de onde estivessem.

ESPIONAR E PUNIR

No Brasil, a ditadura militar que assumiu o poder em março de 1964, além de promover a mudança do regime e suprimir o Estado democrático, foi profundamente marcada pela violência utilizada como método para abafar a oposição e garantir a manutenção da nova ordem que foi ditada ao país.

A natureza do regime instaurado em 1964 resultou na montagem de um amplo e complexo sistema de informações que teve como objetivo primordial a manutenção do poder militar. Gradativamente, os militares constituíram um verdadeiro sistema de informações que abrangia não só todo o país mas que ia além, operando no exterior com o suporte do Ministério das Relações Exteriores. Não há paralelo ao sistema de informações montado pela ditadura brasileira, pelo menos na região do Cone Sul. A eficiência desse sistema pode ser comprovada, por exemplo, pelo fato de que o regime militar no Brasil conseguiu manter sob controle os movimentos de esquerda que lutavam contra a ditadura, seja no cenário urbano ou no rural.

O órgão centralizador desse sistema foi o Serviço Nacional de Informações (SNI). O SNI centralizava e sistematizava os informes e as informações processadas pelos serviços

secretos dos Ministérios militares e pelas Divisões de Segurança Interna (DSI) criadas no âmbito dos Ministérios civis e pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), o braço armado civil do regime militar. Além disso, há que se observar a atuação constante e, por vezes, competitiva entre os centros de informações de natureza estritamente militar, relacionados às três forças armadas do país e que dispunham de serviços próprios de informações. Com o passar do tempo e a consolidação do poder militar no país, essas agências foram ganhando mais autonomia e importância em suas respectivas áreas e no sistema como um todo, operando muitas das vezes de forma completamente autônoma e visando objetivos próprios, não necessariamente orientados pelo SNI.

Assim, a estrutura principal até o momento conhecida da comunidade nacional de informações considerava o SNI, visto como o elemento central da “inteligência” brasileira, auxiliado pelos demais órgãos setoriais, a saber: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), as diversas Divisões de Segurança Interna (DSI), as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), as FA-2 (Segunda Seção do Estado Maior das Forças Armadas – EMFA), os E-2 (Serviços Secretos do Exército), os M-2 (Serviços Secretos da Marinha), os A-2 (Serviços Secretos da Aeronáutica), as S-2 (Segundas Seções dos três Ministérios militares, os Departamentos de Ordem Política e Social (DEOPS), as P-2 (Serviços Secretos da Polícia Militar), os Serviços Secretos da Polícia Federal e os CODIS-DOIs (Centros de Operações de Defesa Interna – Destacamentos de Operações Internas). (LAGÔA, 1983: 35).

Todos esses organismos atuavam na coleta de informações no plano interno, objetivando descobrir e eventualmente eliminar os focos de resistência à ditadura, por mais tênues que fossem. Para o desempenho dessas funções, um dos métodos utilizados com frequência foi a tortura física e psicológica, levada às últimas consequências. Além disso, naturalmente, via de regra operavam ao arripio da lei, geralmente não prestando contas dos seus atos a não ser a seus superiores imediatos.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ARAÚJO, Maria Celina de & CASTRO, Celso (org). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CONADEP. *Nunca más: informe de la Comisión Nacional sobre la desaparición de personas*. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

DINGES, John. *Operación Condor – una década de terrorismo internacional en el Cono Sur*. Santiago: Crônica Atual, 2004.

LAGÔA, Ana. *SNI como nasceu como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NOVARO, Marcos. *História de La Argentina Contemporânea – De Perón a Kirchner*. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: EdUnb, 2004.

PENNA FILHO, Pio. “O Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986)”. In: SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

PENNA FILHO, Pio. A América Latina, sua integração e sua inserção no Mundo Globalizado. In OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (org.). *Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação*. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporânea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005.